

HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A EDUCAÇÃO

Pelos registros que se têm, na Antiguidade, as crianças que nasciam com deficiência eram jogadas no esgoto ou mesmo nos abismos. Qualquer indivíduo que nascesse com alguma alteração física perceptível era exterminado, e sua família, caso tentasse escondê-lo, também poderiam ser condenada. As pessoas com deficiência não eram consideradas humanas, pois, se o homem era a imagem e a semelhança de Deus, tudo o que fosse diferente da normalidade era descartado. Não poderiam frequentar os mesmos ambientes das pessoas ditas “normais”, casar, ter filhos ou ter direito à heranças.

Na Idade Média, deficientes físicos eram abrigados em igrejas, que poderia oferecer as condições mínimas de sobrevivência em uma prática voltada ao assistencialismo. Assim, a pessoa com deficiência era incapaz e indesejável, porém, com o crescimento do cristianismo, algumas pessoas prestavam auxílio. O isolamento era fundamental, já que a interação era vista como impossível.

Por muito tempo, os deficientes foram deixados de lado pela sociedade. As poucas tentativas de socialização eram assistencialistas e voltadas para os mais abastados. Assim, tecnologias eram criadas para facilitar locomoção, visão e comunicação daqueles que eram filhos de nobres, favorecidos principalmente pela Igreja Católica, interessada na atuação deste indivíduo na sociedade e sua contribuição com o dízimo.

A inclusão só passou a ter força no período pós-guerra, após o holocausto. Em 1948, nasce a Declaração Internacional dos Direitos Humanos e, depois da Guerra do Vietnã, esta ideologia é crescente principalmente nos Estados Unidos. É importante deixar claro que esta preocupação não era no bem-estar da pessoa com deficiência. Muitas celebridades foram à guerra e voltaram mutiladas. Assim, por serem pessoas públicas e para incentivar a participação de mais pessoas no exército, começou-se a desenvolver meios de todos participarem da sociedade de forma mais plena. Novos equipamentos, novas metodologias de ensino, novas estratégias para mantê-los em um ambiente de trabalho começam a ser desenvolvidas com este fim.

Ao verificar os diferentes momentos históricos brasileiros, jamais verificou-se uma política realmente comprometida com a democratização, especialmente no que diz respeito à educação. O mesmo cenário de desinteresse é verificado ao tratar-se de Educação Especial, onde muitas instituições foram criadas com o caráter assistencialista. O histórico da Educação no Brasil tem registros desde o século XVI. Em relação aos deficientes, acreditava-se, especialmente médicos e pedagogos, que o critério para educá-los era apenas assistencialista através de instituições.

As instituições para deficientes, isolavam surdos e cegos do convívio social, embora para a prática educativa este não fosse o melhor critério a ser adotado. Com o início do federalismo, por volta de 1891, as responsabilidades relacionadas à política educacional modificam-se. Este despertar iniciou-se na área médica, entendendo-se que a educação especial deveria tratar da higiene mental e da saúde pública, principalmente no que diz respeito aos deficientes intelectuais. Já no século XX, cresce o número de instituições para atendimento de deficientes. Em 1924, surge em São Paulo o Instituto Padre Chico. Para deficientes físicos, a reabilitação passou a ter uma conotação mais científica e, no Brasil, estes serviços iniciaram-se nas décadas de 40 e 50, com enfoque integracionista. Em relação às pessoas com deficiência visual, em 1946, surgiu a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, atualmente conhecida como Fundação Nowill para Cegos, com o objetivo de facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados, como a produção de livros em braille.

A Declaração de Salamanca, em 1994, estabelecida através da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, traz as informações relevantes sobre educação inclusiva. Nesta declaração é relatado que toda criança tem direito fundamental à educação e que suas características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem são únicas e deverão ser respeitadas neste processo. Ainda utiliza o termo escola inclusiva, em que todas as crianças devem aprender juntas, onde seria possível a construção da solidariedade entre os alunos com ou sem

necessidades educacionais especiais, sem encaminhar permanentemente alunos para escolas ou classes especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996, estabelece que a educação deverá desenvolver cidadãos atuantes na sociedade e qualificados para o trabalho, abrangendo todos os níveis, inclusive aqueles muitas vezes esquecidos, como a Educação Especial e a Educação Indígena, por exemplo.

Em 2008, o decreto nº6571 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando a Lei 9394/96. A partir deste decreto, o Estado deve ampliar a oferta de atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública do ensino regular.

Se as estratégias para educação começam a focar-se para a inclusão, é natural que isso também acontece no mercado de trabalho. Com o passar dos anos, as pessoas com deficiência começam a ser vistas com reais possibilidades de frequentar ensino superior e escolher sua profissão, não simplesmente cumprindo cotas ou executando atividades braçais.

É importante considerar que o conceito de deficiência refere-se a qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar numa limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais. Sendo assim, qualquer pessoa, em algum momento de sua vida, pode enquadrar-se no termo 'pessoa com deficiência'.

Uma doença ou trauma na estrutura e funcionamento de algum sistema do organismo (seja visual, auditivo, motor ou cognitivo) pode provocar no indivíduo uma incapacidade, acarretando limitações ou impedimentos quanto à aquisição de conceitos, acesso direto à palavra escrita, à orientação e mobilidade independente, à interação social e ao controle do ambiente, o que poderá trazer atrasos no desenvolvimento normal.

A verdadeira inclusão social tem ganhado força nos últimos anos, mas o caminho a percorrer ainda é muito longo. Mesmo que ainda não exista um

grande esclarecimento por parte da população em geral e nem recursos suficientes para favorecer a inclusão, a acessibilidade atitudinal já é um elemento importante, pois significa que o cidadão tem consciência da necessidade da participação de todos na sociedade, embora não apresente todos os meios para favorecê-la.